



## **Políticas Públicas acessadas pelas Organizações de Controle Social do Sul de Minas Gerais**

*Public Policies accessed by Social Control Organizations in the South of Minas Gerais*

LARA, Gil Pedro<sup>1</sup>; ASSIS, Thiago<sup>2</sup>; PÊGAS, Emanuel<sup>3</sup>; PEDINI, Sérgio<sup>4</sup>

<sup>1</sup> UFLA, laragilpedro@gmail.com.br; <sup>2</sup> UFLA, thiagoassis@ufla.br; <sup>3</sup> UFLA, emmanuel.pegas@estudante.ufla.br; <sup>4</sup> IFSULDEMINAS, sergio.pedini@ifsuldeminas.edu.br

### **RESUMO EXPANDIDO**

#### **Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia**

**Resumo:** O objetivo deste trabalho foi compreender as políticas públicas ligadas à agroecologia acessadas pelas Organizações de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais, suas dificuldades e potencialidades. Para isso foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes das 9 OCSs do Sul de Minas. Observou-se que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é a principal política acessada pelas OCSs. Já o Programa de Aquisição de Alimentos foi muito pouco acessado, pois não houve financiamento suficiente. O programa de crédito rural específico para a agroecologia não foi acessado, devido à falta de interesse dos bancos e de divulgação das linhas, principalmente. O Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas possui um papel importante neste contexto para fortalecer a articulação e mobilização nas lutas por apoios governamentais, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável das OCSs.

**Palavras-chave:** polo agroecológico; alimentação escolar; aquisição de alimentos; crédito rural.

#### **Introdução**

A partir do movimento agroecológico das regiões Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais foi desenvolvido um Projeto de Lei, por meio de uma emenda parlamentar do Deputado Federal Rogério Correia e da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira, ambos do Partido dos Trabalhadores, que instituiu as regiões mencionadas como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, mais conhecido como “Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas Gerais” (PASSOMG). Foram meses de articulação e construção juntamente com as organizações de agricultores familiares destas regiões. Além de agricultores(as) e suas organizações (associações e cooperativas), esta articulação também contou com movimentos sociais, instituições públicas de ensino superior e organizações não governamentais. Após amplo debate foi escrito e enviado para Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Projeto de Lei número 23.939 de 23/06/2021 (LEI n° 23.939, de 23/06/2021).



Com a aprovação deste Projeto de Lei e direcionamento dos recursos financeiros iniciou-se o planejamento e execução do primeiro ano do projeto do PASSOMG em 2022. No primeiro ano do projeto foram definidos os eixos de maior relevância a se trabalhar pelas pessoas e organizações envolvidas, a saber: políticas públicas, comercialização, educação do campo e sementes crioulas.

O objetivo deste trabalho foi identificar quais políticas públicas ligadas à agroecologia são acessadas pelas OCSs do Sul de Minas e analisar suas potencialidades e dificuldades.

As OCSs são organizações de agricultores(as) familiares que possuem a garantia da qualidade orgânica, ou seja, elas podem vender de forma direta seu alimento orgânico ao(à) consumidor(a), por meio de feiras ou grupos de consumo e também podem vender via Mercados Institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este tipo de garantia orgânica, não pode ser chamado de certificação, pois não possui o selo “Brasil Orgânico®”. Portanto, estas organizações possuem um diploma, gerando “credibilidade pela sociedade, a partir da interação de pessoas ou organizações, com base na confiança, participação, comprometimento, transparência e responsabilidade solidária” (MENEZES et al., 2020, p. 13).

As políticas públicas se mostram fundamentais para o desenvolvimento do país, principalmente para as parcelas da população em situação de vulnerabilidade. Souza (2006, p. 25-26) diz que “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. É importante salientar que tais políticas são provenientes de lutas de movimentos sociais juntamente com partidos políticos para desenvolver estratégias de desenvolvimento sustentável para as regiões. No contexto da agroecologia, elas são fundamentais. Portanto, como se dá o acesso às políticas públicas pelas organizações estudadas neste trabalho?

## Metodologia

A coleta dos dados foi realizada em setembro de 2021 e se deu por meio de entrevistas semiestruturadas feitas com representantes das OCSs em suas propriedades, totalizando 13 entrevistados(as). No Quadro 1 encontram-se as nove OCSs da região Sul de Minas Gerais, as cidades onde atuam e o número de membros(as).

Quadro 1: Organizações de Controle Social (OCSs) identificadas e as respectivas cidades que atuam no Sul de Minas.

OCS	Cidades	Nº de membros(as)
Associação das Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras (ACCAL)	Lavras e Bom Sucesso	6



Associação dos Produtores Rurais de São Bento Abade (APRUSBA)	São Bento Abade	8
Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi	Caxambu, Baependi	4
Agricultores Familiares Agroecológicos de Baependi (AFAB)	Baependi	3
Orgânicos Itanhandu	Itanhandu	11
Peroba	Itajubá	16
Itajubá 1	Itajubá	4
Grupo Antunes	Piranguçu	7
Orgânicos Poços de Caldas	Poços de Caldas, Caldas e Campestre	9

Fonte: Lara (2023)

Os dados foram submetidos à análise descritiva, que tem como objetivo descrever as características de um fenômeno e estudá-lo (GIL, 2008). As interpretações geradas tiveram como pano de fundo os objetivos deste trabalho, assim provocaram reflexões e aprendizados acerca da realidade estudada (HOLLIDAY, 2006).

## Resultados e Discussão

No Quadro 2 estão apresentadas quais políticas públicas são acessadas por cada OCS do Sul de Minas.

Quadro 2: Políticas públicas acessadas pelos Organismos de Controle Social (OCSs) do Sul de Minas Gerais.

OCS	Pronaf Agroecológica	Pronaf	PAA	PNAE Estadual	PNAE Municipal	Outra
ACCAL		x	x	x	x	
APRUSBA				x	x	
Grupo de Agroecologia Caxambu e Baependi				x	x	
<b>AFAB</b>						
Orgânicos Itanhandu				x	x	
Peroba		x		x	x	
Itajubá 1		x			x	x*
Grupo Antunes					x	
Orgânicos Poços de Caldas		x	x	x	x	

\*doação de insumos e horas máquina pela Prefeitura

Fonte: Lara (2023).

Como podem ser observadas no Quadro 2, as principais políticas públicas acessadas são o PNAE Municipal e o PNAE Estadual. As entrevistas indicaram que



a formação das OCSs tiveram dois motivos principais, o registro junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para dar credibilidade às suas produções orgânicas e a organização para acessar os mercados institucionais.

As potencialidades apontadas pelos entrevistados(as) para essas políticas públicas são a venda garantida; o planejamento do plantio; e a melhora na renda das famílias, apesar de que foi identificado nas entrevistas que normalmente as Prefeituras atrasam para pagar aos(as) agricultores(as) os alimentos comprados. No caso do PNAE Estadual, a relação é direta com as diretorias das escolas o que facilita os pagamentos e gera melhor estabilidade na renda das famílias.

E as dificuldades encontradas para o acesso ao PNAE Municipal foram: a má gestão por parte da prefeitura; o não cumprimento do contrato; os atrasos em pegar os alimentos; os atrasos para pagamento, gerando instabilidade na renda; a relação com os(as) nutricionistas da prefeitura, que muitas vezes não são sensíveis à realidade da agricultura familiar; as variações no preço; os trâmites burocráticos; os conflitos de interesse entre organizações que acessam o programa.

Acredita-se que estas dificuldades ocorrem devido a uma falta de sensibilidade por parte da gestão e das secretarias envolvidas no processo com relação à importância do alimento orgânico, uma dificuldade de direcionamento de recursos financeiros destinados a esta compra, a falta de contato com grupos ou associações que produzem de forma orgânica, uma falta de planejamento com relação ao tempo da natureza, uma falta de estímulo e constância para construir uma relação de confiança com o(a) agricultor(a) orgânico(a), entre outros.

Com relação aos créditos rurais, foi perguntado sobre o Pronaf Agroecologia, especificamente, e sobre o Pronaf de forma geral. Algumas OCSs já ouviram falar sobre o Pronaf Agroecologia, mas nenhuma delas acessou esta forma de financiamento. Sambuichi e Oliveira (2011) citados por Niederle (2019) dizem que as linhas de crédito diferenciadas têm pouco acesso devido à não promoção das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e dos bancos públicos.

A dificuldade burocrática dos créditos rurais para a agroecologia se deve a: falta de tradição dos agentes; pouco entendimento por parte das instituições financeiras; e não conhecimento por parte dos agricultores(as) (AQUINO, GAZOLLA, SCHNEIDER, 2020).

Já o Pronaf foi acessado em cinco das nove OCSs entrevistadas. Quando perguntados(as) quais foram as contribuições e os problemas enfrentados, houve resistência em falar do assunto. Acredita-se que é um assunto delicado de se tratar, pois as pessoas são fechadas neste sentido. De forma geral disseram que foi positivo e ajudou a estruturar suas produções com o apoio na compra de caminhonete e materiais para construção de estufa e no custeio da produção.

Grisa (2017) citada por Niederle (2019) argumenta que o programa tem uma série de limites em incorporar camadas mais empobrecidas da agricultura familiar, visto



que cerca de metade dos recursos foi aplicada na região Sul do país e a maioria dos projetos continuou financiando commodities tradicionais, produzidos com base nas tecnologias modernas disseminadas na Revolução Verde.

Com relação ao PAA, duas das nove OCSs já acessaram. A OCS ACCAL pleiteou e ganhou o fornecimento para o PAA Mulher em 2016, mas o programa nunca chegou a comprar os alimentos, gerando uma expectativa e uma frustração em relação aos programas governamentais e isso alimenta o senso comum de que não se pode confiar no governo, o que é negativo para a luta da agroecologia em discutir mais e melhores políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável. E a OCS Orgânicos Poços de Caldas acessou o programa várias vezes, mas o valor destinado à compra vem caindo ao longo dos anos e a quantidade de agricultores interessados em participar do programa vem aumentando.

Em Sabourin (2018) são mencionadas as principais causas dos desmontes das políticas públicas para agricultura familiar, algo que vem ocorrendo em toda América Latina. A comunicação e a imprensa dominadas por setores conservadores da sociedade influenciam nestes desmontes e a principal causa é a crise econômico-financeira. Sabourin (2018) argumenta que a trajetória das políticas públicas a favor da agricultura familiar foram instituídas em resposta às reivindicações dos movimentos sociais do campo, mas que os recursos conseguidos não são suficientes para competirem com a agricultura empresarial.

Portanto, é importante notar que a diminuição dos recursos para políticas públicas como o PAA, como observado no caso das OCSs, é algo que já vinha sendo indicado em toda América Latina, devido ao contexto político-econômico. Sabourin (2018) também argumenta que esse processo, no Brasil, se iniciou com o impeachment da Presidenta Dilma, onde o principal objetivo da maioria parlamentar era acabar com as políticas sociais e de agricultura familiar.

## **Conclusões**

Entende-se que as Organizações de Controle Social do Sul de Minas acessam poucas políticas públicas para auxiliar em suas produções e desenvolvimento de seus mercados. Basicamente são acessadas as políticas de mercados institucionais, portanto há muito que melhorar. As políticas de crédito para produção orgânica e agroecológica poderiam ser mais bem empregadas e isto depende dos órgãos públicos, como Emater e os bancos que operam estes financiamentos. O Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas possui um papel importante neste contexto, pois é essencial para fortalecer a articulação e mobilização nas lutas por apoios governamentais, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável das OCSs.

## **Agradecimentos**

Ao Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão - UFLA.



## Referências bibliográficas

AQUINO, Joacir Rufino; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO**. Grifos, v. 30, n. 51, p. 163-189, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008

GRISA, C. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: SEAD, 2017. p. 292-313.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise - AMA, Brasília, 2006.

LARA, Gil Pedro de Oliveira. **Políticas públicas e mercados acessados pelas organizações de controle social (OCS): desafios e possibilidades para a agroecologia no sul de Minas Gerais**. 2023. 81p. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2023.

LEI Nº 23.939 DE 23 DE SETEMBRO DE 2021. **Polo Agroecológico e de Produção Orgânica nas regiões Sul e Sudoeste de Minas Gerais**. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23939&comp=&ano=2021>> acesso em 01 de abr. de 2022.

MENEZES, Márcio et al. **Guia prático Formação de Organizações de Controle Social (OCS)**. 1. ed. Brasília: Assessoria de Comunicação Social, 2020. 41 p. Disponível em: [https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Guia-OCS-vFinal\\_web.pdf](https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Guia-OCS-vFinal_web.pdf). Acesso em: 28 mar. 2023.

NIEDERLE, Paulo André et al. **A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270-291, jan. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>

SABOURIN, E. **Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina**. Artigo apresentado na Mesa Redonda: “Trajetórias, institucionalização, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar em perspectiva comparada”, no seminário Políticas Públicas para o Meio Rural Brasileiro no Período Recente. Rio de Janeiro, dez. 2018.

SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. C. **Análise das linhas de crédito do Pronaf para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar**. Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, p. 1-6, 2011

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias. Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.